

## **BOLETIM 419**

**Brasília, 25 de agosto de 2017**



***O público presente durante a inauguração do espaço do aposentado***

## **STI da Construção e do Mobiliário de Brasília inaugura espaço do trabalhador aposentado**

***Iniciativa conta com o apoio do SECONCI-DF e do SESI***

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB), em parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil do DF (SECONCI) e o Serviço Social da Indústria do DF (SESI), inaugurou ontem (24) o



***Os representantes do STCMB, da CONTRICOM e da FETICOM (GO-DF), do SECONCI, do SESI e do SINDUSCOM***

Espaço de Convivência do Trabalhador Aposentado da Construção Civil, ocasião em que dezenas de trabalhadores, principalmente aposentados, dirigentes sindicais e representantes do segmento da construção compareceram à sede da entidade em Brasília.

O espaço – que estará disponível na própria sede do STICMB já na segunda-feira (28), a partir das 13 h, fornecerá diversas atividades lúdicas, pedagógicas e culturais durante a semana para quem já passou pela construção civil e hoje está aposentado.

Criado a partir da junção e do esforço dos sindicatos do setor, o Espaço tem por objetivo valorizar os trabalhadores e oportunizar momentos de lazer e criatividade para os trabalhadores aposentados.

“Esse projeto nasceu de uma ideia antiga e é uma ótima iniciativa porque sentíamos a falta de trazer essas pessoas que tanto contribuíram com o setor para valorizá-las e retirá-las da inércia”,

argumenta o presidente do STICMB, Raimundo Salvador.

O dirigente sindical, durante a solenidade, ressaltou a parceria com o SECONCI e o SESI e lembrou que a ideia surgira ainda com “o saudoso presidente Edgard de Paula Viana, a quem homenageamos hoje concedendo o seu nome ao espaço do aposentado”.

Salvador destacou ainda “a importância que essa iniciativa tem para proporcionar ao aposentado inúmeras possibilidades de lazer e de cultura”, acrescentando que “a presença deles nesse espaço também trará a experiência que eles tiveram ao longo da vida”.

Já o presidente do SECONCI-DF, Deyr Corrêa, avaliou que “esse projeto é parte da função de existir do SECONCI e cumpre nosso papel social. Nesse caso, aquele que já deu sua contribuição e agora merece ter um espaço para passar o tempo e realizar as atividades que estamos propondo”.

Por sua vez, o ex-presidente do Sinduscon-DF, Élcio Póvoa, que também é vice-presidente da Federação das Indústrias de Brasília (FIBRA), lembrou “a luta do companheiro Edgard desde a fundação do SECONCI”, registrando que “até pouco tempo atrás 2 milhões de atendimentos médicos já haviam sido realizados e mais de 20 mil operários alfabetizado”.

CONTRICOM e FETICOM (GO-DF) – Marcaram presença no evento, também, Aroldo Garcia, que representou a CONTRICOM, e o Patrocínio Brás Consentino, presidente da FETICOM (GO e DF).

Aroldo destacou “a importância evento pois o espaço valorizará aquelas pessoas que já deram



### **Salvador, Patrocínio e Aroldo**

uma contribuição importante para o desenvolvimento de Brasília”.

Patrocínio enfatizou que “normalmente essas pessoas são esquecidas, motivo pelo qual temos que ressaltar o significado dessa iniciativa do Sindicato, do SECONCI e do SESI.

As atividades acontecerão numa sala dentro do STICMB, 706/707 Norte e funcionarão de segunda a sexta-feira, de 14h as 17h. Já o SESI disponibilizará profissionais para atender os participantes na realização das atividades. O Espaço de Convivência é mais um fruto da parceria entre o STICMB, o SECONCI e o SESI-DF que, juntos, trabalham para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da construção civil.

Confira algumas atividades programadas para o Espaço. Aulas de dança; Musicoterapia; Arte-terapia; Jogos de entretenimento; Atendimento jurídico; Avaliação nutricional; Atividades físicas; Monitoramento da saúde; Dia de beleza, datas temáticas; Sessões de cinema; Sala de alfabetização e computação.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*





## CPI ouvirá deputados que participam das discussões sobre Previdência

Com o objetivo de levantar o máximo de informação possível para a elaboração do relatório final que deve apontar a real situação das contas da Previdência Social, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o órgão realizará uma nova audiência pública na próxima semana, ainda sem data marcada. Desta vez, a discussão contará com deputados que já participaram das discussões da reforma.

Foram convidados o presidente e o relator da comissão especial na Câmara, além de outros dois parlamentares com posições contrárias à reforma. Segundo o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), a ideia é tornar o processo ainda mais democrático.

— Serão quatro deputados: dois a favor e dois contra a reforma da Previdência. Mas entendo eu que não há déficit. Na nossa Previdência, o problema é de gestão. Como eu digo, é combate à sonegação, ao desvio, à corrupção — afirmou.

Os parlamentares da CPI da Previdência também se preparam para realizar a primeira audiência pública fora do Congresso. A reunião acontecerá no mês de setembro, na Assembleia Legislativa de São Paulo, e vai debater a sonegação de impostos e a desestruturação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Entre os convidados estão representantes de movimentos sindicais e de associações. Paim ressaltou que a finalidade do evento também é divulgar para a população o que vem sendo feito pela comissão em Brasília.

— Tenho certeza que vai ter mais de vinte entidades para falar sobre a reforma da Previdência e a questão do déficit ou superavit. Nós ouvimos aqui mais de cem pessoas, fizemos em torno de trinta audiências públicas e encaminhamos requerimentos de informação aos órgãos — disse.

O prazo final da CPI foi prorrogado até novembro. Mas, segundo adiantou Paulo Paim, o relatório do senador Hélio José (PMDB-DF) deverá ser apresentado até outubro.

*Fonte: Agência Senado*

## Senado Federal discute impactos da reforma trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promove na próxima segunda-feira (28) uma audiência pública interativa sobre as reformas previdenciária e trabalhista. O foco será a reforma trabalhista — já sancionada pelo governo Temer —



e seu impacto na vida dos trabalhadores. A audiência terá início às 9h.

Foram convidados representantes de sindicatos, de empregadores e de advogados trabalhistas, além de integrantes do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

A audiência pública, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, faz parte de uma série de debates sobre as reformas propostas pelo governo. A audiência pública será na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho e é aberto à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania – link: [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, através do número-0800612211.

*Fonte: Agência Senado*

## Subcomissão do Estatuto do Trabalhador aprova cronograma de trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quarta-feira (23) o cronograma de atividades da subcomissão temporária que trata da criação do Estatuto do Trabalho. O grupo, formado por três senadores titulares e três suplentes, terá reuniões quinzenais e pretende apresentar o anteprojeto do Estatuto em primeiro de maio de 2018, dia do Trabalhador.

Duas audiências públicas já foram aprovadas: a primeira debaterá “Experiências internacionais de codificação do trabalho” e, de acordo com o vice-presidente da subcomissão,

senador Paulo Paim (PT-RS), o objetivo é comparar a realidade do Brasil e de outros países em termos de salário, jornada de trabalho e outros pontos importantes das relações entre empregados e empregadores.

— A intenção é trazer experiências da França, Portugal, Itália e de outros países, experiências, inclusive, comparando salário mínimo nesses países e no Brasil, e as relações trabalhistas — explicou.

A segunda audiência terá como tema os “Princípios da Organização Internacional do Trabalho e da Constituição para o trabalho”. Segundo Paim, as duas audiências públicas foram sugeridas pelos colaboradores da Subcomissão do Estatuto do Trabalho.

— Juízes, advogados trabalhistas, ministros do Tribunal Superior do Trabalho, entidades sindicais, que estão se debruçando sobre o Estatuto do Trabalho, já que a tal Reforma Trabalhista abandonou os princípios da própria Constituição e as regras da OIT sobre o mundo do trabalho — disse.

A audiência sobre as experiências trabalhistas internacionais será no dia 29 de agosto e o debate sobre os princípios da OIT e da Constituição para o trabalho, no dia 11 de setembro.

**Audiências públicas** - A Comissão de Direitos Humanos aprovou também a realização de três outras audiências públicas: uma sobre o trabalho da guarda mirim do Distrito Federal, outra sobre a securitização de créditos recebíveis e a terceira sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

*Fonte: Agência Senado*

## Eletricitários repudiam privatização da Eletrobrás e apontam precarização

As entidades de trabalhadores reagem à iniciativa do governo Temer de privatizar a Eletrobrás. Para os sindicalistas, a privatização colocará em risco o sistema, com a precarização dos serviços, demissão dos quadros técnicos qualificados e, no final das contas, aumento no preço das tarifas.

Criada por Getúlio Vargas em 1954, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras) enfrentou dura resistência para a sua instalação, que só viria a ocorrer em 1962, por ato do presidente Jango.

**Chicão** - A Agência Sindical entrevistou Eduardo Vasconcellos Correia Annunziato (Chicão), que preside o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e a Fenatema, uma das três Federações nacionais da categoria. Segundo o dirigente, “a Eletrobrás é extremamente eficiente e lucrativa”.

**Começa errado** - “A privatização começa mal por não ter sido discutida com ninguém, a começar pelos trabalhadores. Como nas demais privatizações, o preço está subavaliado. Ou seja, o comprador adquire por um preço que sobe no momento seguinte à privatização. Aliás, já ganharam 50% do dia pra noite ao especular com as ações”.

**Precariza tudo** - “Se ocorrer a privatização, a consequência imediata será a precarização, como já ocorreu aqui em São Paulo. Os novos gestores enxugam os quadros e demitem. Na sequência, terceirizam, contratando gente inexperiente e sem conhecimento específico do setor”.



**Perda de soberania** - “O Sistema Eletrobrás é nacional e interligado, um depende do outro. A fragilização dessa cadeia põe em risco a soberania nacional. As estatais nacionais do setor vêm sendo compradas por estatais da China, França, Portugal e até da Colômbia. Será que só no Brasil estatal não funciona?”.

**Resistência e ato** - “Em São Paulo, faremos protesto dia 4, nas portas de empresas e estações. Haverá também protestos por todo o Brasil. Vamos parar trabalhadores e fazer advertência na porta da estação Tijuco Preto, em Mogi Cruzes; em Ibiúna, que recebe energia de Itaipu; em Cachoeira Paulista, que interliga o sistema Sul, Sudeste e Centro Oeste e também em Guarulhos, que alimenta imensa área industrial local e de São Paulo”.

**Perdas trabalhistas** - “Quando privatizam, logo tentam cortar o pagamento dos benefícios conquistados ao longo do tempo. Também trocam parte do corpo qualificado por terceirizados que ganham menos, não têm qualificação, são inexperientes e não dominam detalhes técnicos do setor ou específicos de locais e regiões. Perdem os trabalhadores e perde a sociedade”.

*Fonte: Agência Sindical*





## Medida provisória antecipa saques das contas do PIS/Pasep

O Congresso Nacional vai analisar a Medida Provisória 797/17, do governo Michel Temer, que libera o saque de contas do PIS/Pasep para homens a partir de 65 anos e mulheres a partir dos 62 anos de idade. Antes da MP, os recursos só podiam ser sacados quando a pessoa completasse 70 anos, conforme uma resolução do Conselho Diretor do Fundo PIS-Pasep.

O pagamento será iniciado em outubro e vai até março de 2018, seguindo um calendário a ser divulgado pela Caixa Econômica Federal (quanto ao PIS) e pelo Banco do Brasil (Pasep). O crédito será feito de forma automática para quem tem conta nos dois bancos. O beneficiário poderá pedir a transferência do valor para outro banco. Em caso de morte do titular da conta do PIS/Pasep, o saldo será disponibilizado para seus dependentes.

A MP altera a Lei Complementar 26/75, que regulamenta o Fundo PIS-Pasep. A lei previa o saque das contas individuais nos casos de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma (militares), invalidez e casamento. Apenas esta última hipótese foi excluída pela medida provisória.

Pelos cálculos do governo, a liberação poderá injetar cerca de R\$ 15,9 bilhões na economia. A medida atinge 8 milhões de pessoas, sendo que a maioria tem saldo na conta do PIS/Pasep em torno de R\$ 750.

**Origem** - Os recursos do PIS/Pasep referem-se a depósitos feitos por empresas (PIS) e órgãos

públicos (Pasep) em nome dos seus empregados até 1988. Neste ano, a Constituição determinou que os recursos arrecadados com o PIS/Pasep iriam para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O patrimônio acumulado até 1988 gerou o Fundo PIS-Pasep, que está sob responsabilidade de um conselho diretor, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Os cotistas do fundo, que terão direito ao saque, são os trabalhadores beneficiados pelos depósitos até 1988. O patrimônio do fundo atingiu R\$ 38,7 bilhões em junho de 2016.

**Tramitação** - A medida provisória será analisada em uma comissão mista. Depois, seguirá para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

*Fonte: Agência Câmara*

## INSS terá que indenizar servidora aposentada que adoeceu em função do trabalho

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deverá pagar indenização por danos morais para uma servidora aposentada por invalidez devido a doença profissional que atingiu membros superiores, mão e coluna. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou, no início de agosto, sentença que responsabiliza a autarquia por oferecer ambiente propício para o aparecimento da doença.

A aposentada ajuizou ação pedindo o reembolso com as despesas e, ainda, indenização



por danos morais, afirmando que a situação de ser aposentada por invalidez aos 46 anos de idade causou sofrimento psicológico.

A Justiça Federal de Itajaí (SC) atendeu parcialmente ao pedido. A sentença em primeiro grau determinou o pagamento da indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil, mas negou o reembolso das despesas.

O INSS e a autora da ação recorreram ao tribunal. A aposentada defendeu o direito ao reembolso dos gastos com o tratamento, enquanto a autarquia sustentou não ter sido comprovado o nexo causal entre o dano e a conduta do INSS.

A 4ª Turma do TRF4 decidiu, por unanimidade, negar os pedidos. O relator do caso, juiz federal convocado Loraci Flores de Lima, entendeu que o tratamento da aposentada não foi recomendado por uma junta médica oficial, condição essencial para que a Administração arque com os custos.

*Fonte: TRF4*

## **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**